

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



FRONTEIRAS

VOLUME 35. 2.^a SÉRIE - 2017

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**FRONTEIRA INEXPUGNÁVEL. A HISPANOFOBIA DE FRANCO
NOGUEIRA ENTRE O ESTADO NOVO E A DEMOCRACIA
IMPREGNABLE BORDER. FRANCO NOGUEIRA'S
HISPANOPHOBIA BETWEEN THE PORTUGUESE NEW STATE
AND DEMOCRACY**

JOSÉ MIGUEL SARDICA

jsardica@fch.lisboa.ucp.pt

Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC)

Faculdade de Ciências Humanas/Universidade Católica Portuguesa

ORCID: 0000-0001-9842-743X

Texto recebido em / Text submitted on: 29/11/2016

Texto aprovado em / Text approved on: 12/06/2017

Resumo:

Na narrativa da nação portuguesa, a Espanha foi muitas vezes olhada como um perigoso «outro», uma ameaça que justificava a demonização do vizinho ibérico. Séculos de anti castelhanismo, ou de pura hispanofobia, constituíram assim um ingrediente definidor do nacionalismo português. Um dos mais fortes defensores deste discurso foi, na segunda metade do século XX, Alberto Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado Novo, entre 1961 e 1969, e conhecido crítico de qualquer amizade ibérica no quadro da Democracia e da Europa. Explorando os seus escritos sobre as relações luso-espanholas, e a forma como intransigentemente se

opôs a qualquer abordagem política ou cultural de cariz hispanófilo, o objetivo deste texto é o de evocar uma disposição e discurso públicos que, longe de constituírem uma excentricidade individual, informaram muitas opiniões portuguesas anti cosmopolitas, criando ou reforçando uma noção de fronteira inexpugnável contra a Espanha, que foi tanto realidade física quanto, sobretudo, representação e barreira mental.

Palavras-chave:

Portugal, Espanha, Hispanofobia, Hispanofilia, Franco Nogueira.

Abstract:

In the Portuguese nation's narrative, Spain was traditionally looked upon as the perilous «other», a threat justifying the demonization of the Iberian neighbour. Centuries of anti-castillianism, or Hispanophobia, were thus a grounding ingredient of Portuguese nationalism. One of the strongest defenders of such a discourse in the 2nd half of the 20th century was Alberto Franco Nogueira, the New State's Foreign Minister between 1961 and 1969 who later became an outright spokesman against any Iberian friendship in or through Democracy and Europe. Exploring his written views on the Portuguese-Spanish relations, and how he adamantly stood against any political or cultural Hispanophile approach, the aim of this text is to cast light on a mood that, far from being just an individual eccentricity, modelled many latent national Portuguese views countering cosmopolitanism, thus creating or reinforcing a concept of impregnable border against Spain, which was a spatial reality and especially a mental barrier.

Keywords:

Portugal, Spain, Hispanophobia, Hispanophilia, Franco Nogueira.

Introdução

A entrada de Portugal e Espanha na Comunidade Económica Europeia (CEE), hoje União Europeia (UE), em janeiro de 1986, abriu um período novo no relacionamento bilateral dos dois países. As dinâmicas da integração e a pertença da Península Ibérica a esse

espaço comum atuaram sobre as gerações mais jovens, mitigando, no ambiente democrático e euro-entusiasta entretanto consolidado tanto em Lisboa como em Madrid, velhas reservas históricas entre os vizinhos peninsulares, feitas de desconfiança, suspeita, incomunicação ou mesmo ódio. De facto, e considerando apenas o lado português, o olhar negativo sobre a Espanha fomentou, até ao século XX, uma narrativa de anti castelhanismo, até mesmo de hispanofobia pura, que fez do chamado «perigo espanhol» um componente definidor do nacionalismo luso (v. Sardica 2013, Torre Gómez 1998, ou Ferreira 1989). Desde a independência do Condado Portucalense face a Leão e Castela até às precauções de Salazar na relação ibérica com o franquismo vizinho, Castela e depois a Espanha representaram muitas vezes o papel do «outro» (demasiado) próximo, como um rival e uma ameaça, real ou presumida, justificando assim uma enorme pluralidade de discursos e atitudes político-mentais de estigmatização e demonização do país vizinho⁽¹⁾. E ainda no século XX, sucessivas elites da Monarquia, da República e do Estado Novo concordavam com a definição mínima da portugalidade que o tempo e os estereótipos do senso comum cimentaram: *não ser espanhol*⁽²⁾.

A partir de 1986, o *não ser espanhol* foi rapidamente substituído, na representação mental da nação, pelo *ser europeu*. E porque ser europeu implicava um olhar cosmopolita e positivo sobre as relações internacionais no quadro do mercado comum, a clivagem ibérica foi-se atenuando, ao ponto de as novas gerações, educadas no espaço Schengen e no espírito do intercâmbio Erasmus, considerarem que demonizar os espanhóis será pouco menos que um traço cultural ou uma atitude política arcaizante. Dos velhos fantasmas ou medos hispanóforos passou-se a uma espécie de pós-iberismo descomplexado e plural (v. García Pérez 2011, Aa.vv. 2006 ou Vicente 2003). Porém, e desde há perto de

(1) Nos termos de Maria da Conceição Meireles Pereira, «o nacionalismo português utilizou [ao longo da história] o “outro” como instrumento da construção identitária, gerando estereótipos e imagens coletivas que funcionam como elementos eficazes de diferenciação e afirmação da própria identidade. Ao pôr a tónica na índole guerreira de Espanha e dos espanhóis, estes assumiram um carácter ofensivo de invasor, mobilizando as consciências para uma agressão, sempre mais fictícia do que real». Representada como o «outro», a Espanha deu, assim, corpo a um antagonismo ou a uma alteridade que foram o verdadeiro motor do nacionalismo reativo português» (Pereira 2010: 274).

(2) Na formulação do filósofo Agostinho da Silva, «o que Portugal fez de maior no mundo não foi nem o descobrimento, nem a conquista, nem a formação de nações ultramarinas: foi ter resistido a Castela» (cit. por Ferreira 1989: prefácio).

uma década, a crise financeira, as hesitações da construção europeia e um ambiente internacional inseguro, tenso e com preocupantes sinais de intolerâncias e isolacionismos tem atuado contra o cosmopolitismo democrático onde alguns chegaram a ver um fim da História. Olhando os problemas do nosso mundo, não é impossível que o futuro europeu e global venha a assistir – como já está a acontecer nas zonas de contacto civilizacional com o «outro» mais sensíveis ou mais pressionadas – à ressurreição de discursos nacionalistas e à reificação de fronteiras mentais mais ou menos continuadores de sentimentos do passado, que por isso convém analisar.

A crise internacional e a situação de incerteza e impasse em que estão mergulhadas as instituições europeias têm-se repercutido na forma como Portugal olha para o vizinho ibérico. Desde que a Espanha cimentou, nos anos 1990, a sua posição de maior parceiro económico de Portugal, como cliente, fornecedor e investidor externo, ressurgiram assomos polémicos ou sobressaltos sofridos sobre a difícil sobrevivência de Portugal perante a putativa espanholização da economia nacional. Face aos desafios da globalização ou aos perigos do empobrecimento gerado pela crise, a Espanha serve (como sempre serviu) de bode expiatório, e o anti espanholismo pode reaparecer como uma das formas portuguesas de se ser antieuropeu ou eurocético.

É certo que já não é hoje possível, no quadro da UE, levantar autarcias protecionistas ou fronteiras com a dureza de «cordões sanitários» para sublimar impotências políticas ou sentimentos de asfixia económica. Mas não falta quem utilize, com largueza semântica, termos guerreiros de «invasão», «conquista» ou «rendição» para colorir considerando mais ou menos hostis em relação à Espanha – a vizinha rival ou o amigo inimigo que a imutabilidade da geografia e a dinâmica do tempo colocaram defronte do (mais) pequeno Portugal⁽³⁾. Por consequência, aqui e ali, bem expressas ou simplesmente murmuradas, velhas teses questionando a capacidade de Portugal resistir ao absorcionismo do vizinho vão ressurgindo, ao sabor do ciúme económico antiespanhol...

(3) Como explicava a escritora Lúcia Jorge em 1995, a *mala vecindad* que os portugueses nutrem em relação aos espanhóis foi sempre, na essência, um ressentimento dirigido «contra o nosso único vizinho [...] contra a Espanha, nosso fatal desaliado, como não podia deixar de ser, pois nosso único e solitário irmão. Ora, como se sabe, os países criam entre si relações semelhantes às familiares, relações traiçoeiras, dominadoras, perversas e, no entanto, necessárias e inevitáveis» (Jorge 1995: 63-64).

e até em reação contra os que, elogiando a globalização, encaram o reforço da integração ibérica como a melhor das estratégias para tornar a Península mais competitiva face a outras unidades ou regiões do continente Europeu.

Os mais bem-intencionados argumentam não haver razões para que o tradicional veio hispanófobo do nacionalismo português tenha uma nova vida no século XXI. E é sem dúvida útil reparar que, justamente porque o mundo está inseguro e perigoso, não devem os portugueses manter, em relação ao país vizinho, complexos de inferioridade ou de cerco, nutridos por desconfianças, preconceitos, repúdios ou ódios. Um nacionalismo e uma alteridade saudáveis não são incompatíveis com boas relações de vizinhança e com um cosmopolitismo que, posto à prova pela crise vigente, tem de ser uma barreira contra patriotismos exacerbados e serórdios, recusando ceder à tentação – fácil, porque historicamente recorrente – do anti espanholismo como modo de ser português.

O objetivo deste texto é o de recordar e estudar uma das figuras que ao longo de toda a segunda metade do século XX português – ou seja, do salazarismo para o marcelismo e deste para a democracia e para a Europa – mais contribuiu para a retórica e para a estratégia da hispanofobia, e cujo legado ou ecos ainda hoje ressoam em alguns olhares mais críticos da relação entre Lisboa e Madrid. Essa figura é Alberto Franco Nogueira. Como ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado Novo entre 1961 e 1969, e depois, já reformado da política, até ao início dos anos 1990, Franco Nogueira foi o mais estrénuo e audível crítico de qualquer aproximação ou amizade ibéricas. Os seus escritos e tomadas de posição anti hispanófilas, dispersos ao longo de mais de trinta anos, permitem ao historiador iluminar e reconstruir um modo mental que hoje se definiria como politicamente incorreto, e cujo impulso de base se descobre ainda na atualidade, em vozes singulares ou em correntes de opinião pública que tendem a fazer do suposto «perigo espanhol» um ingrediente de consumo fácil para a cruzada contra o cosmopolitismo. Começaremos assim por ver o essencial da biografia de Franco Nogueira e por o situar no contexto – a construção, consolidação e defesa do Estado Novo – que mais moldou a sua mundivisão, antes de procedermos à análise, necessariamente sintética e por amostragem, do conteúdo e da forma dos seus argumentos hispanófobos.

Um «lugar-tenente» do Estado Novo

Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira nasceu em Vila Franca de Xira, a 17 de setembro de 1918. Filho de um jurista, António Vítor Gorjão Nogueira, e de Maria Teodolinda Aida Fonseca Franco, seguiu a tradição familiar e licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa, em 1940. Ingressou na carreira diplomática no ano seguinte, mediante provas de admissão em concurso para adido de legação, sendo colocado na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. A sua primeira missão foi a de encarregado de negócios do governo português junto do alto-comando aliado no Japão, onde chegou no início de 1946. Regressou de Tóquio em 1950, quando foi transferido para os serviços internos do Ministério, após o que se especializou em assuntos africanos, atuando localmente ou no quadro da ONU. Começou, a partir de 1951, por representar o MNE português nas sessões da Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara, e depois, em 1953, já como cônsul de 1.^a classe, nos acordos luso-britânicos para a delimitação fronteiriça entre Moçambique e o atual Malawi. Serviu igualmente como representante de Portugal em diferentes reuniões da Comissão Económica para a África, em 1958, 1959 e 1960. Entre 1956 e 1960, teve também assento permanente nas delegações portuguesas enviadas às Assembleias Gerais das Nações Unidas, o grande fórum internacional onde começava a despontar um poderoso bloco afro-asiático de nações recentemente independentes, e por isso anticolonialistas. Tendo sido promovido, em 1958, a ministro plenipotenciário de 2.^a classe, como adjunto do diretor-geral dos Negócios Políticos, alcançaria, no final do ano seguinte, o posto de ministro plenipotenciário de 1.^a classe (v. Martins 1996 e Lucena 2015).

O apogeu da sua carreira pública chegou em maio de 1961, no âmbito da remodelação governamental que se seguiu ao golpe frustrado da «Abrilada» de Botelho Moniz, quando Salazar o escolheu para suceder a Marcelo Mathias no cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. Em setembro de 1968, foi um dos nomes mais falados para suceder a Salazar na Presidência do Conselho. O escolhido foi Marcelo Caetano, e Nogueira só aceitou continuar na pasta dos Estrangeiros muito por pressão do Presidente da República, Américo Tomás. Seria exonerado a seu pedido, em outubro de 1969, totalizando assim – numa década de

desafios decisivos para o Estado Novo salazarista e marcelista – cerca de oito anos e meio à frente do Palácio das Necessidades, o que fez dele o segundo mais duradouro detentor daquela pasta durante todo o regime ditatorial⁽⁴⁾.

Ainda antes de a posteridade ter firmado sobre ele a imagem de um dos indefetíveis de Salazar, muito por causa dos seis volumes da monumental biografia panegírica que produziu sobre o seu Presidente do Conselho, Franco Nogueira era já um dos «lugar-tenentes» do regime. Nos primeiros anos da sua gestão ministerial, acompanhou Salazar e os colegas ministros do Ultramar (Adriano Moreira, em 1961-1962, e António Peixoto Correia, entre 1962 e 1965) na tentativa de edificação de um novo quadro legal reformista e descentralizador para a África portuguesa, onde a guerra colonial já despontava. A partir do meado da década, contudo, sem renunciar ao diálogo com os EUA ou com países africanos moderados, cimentou a convicção de que o império teria de ser mantido *a outrance*, tornando-se assim um dos grandes defensores, em Lisboa e na ONU, da política integracionista, ou seja, do carácter sagrado da união histórica e civilizacional entre a metrópole e as extensões ultramarinas da nação portuguesa. O «africanismo» de Franco Nogueira traduziu-se numa atitude de «costas voltadas» em relação à Europa e aos seus problemas, e particularmente em relação à Espanha, e de aposta correlativa na manutenção e/ou reforço das ligações atlânticas do país, com a Grã-Bretanha (no quadro da secular aliança anglo-lusa), com os EUA e com o Brasil.

Foi o integracionismo e antieuropeísmo de Franco Nogueira que o levaram a distanciar-se e a entrar em rutura com Marcelo Caetano, que ele sempre achou ser um chefe fraco, conduzindo ao seu abandono do MNE no outono de 1969. Nas primeiras eleições do marcelismo, realizadas dias depois da sua demissão, Franco Nogueira foi dos candidatos mais votados da União Nacional, de que seria deputado até 1973, transitando de seguida, na última legislatura do regime (interrompida em abril de 1974), para procurador da Câmara Corporativa. Depois de sair do governo, requereu licença ilimitada no MNE e desempenhou

(4) O político que durante mais tempo ocupou a pasta dos Estrangeiros durante o Estado Novo foi o próprio Salazar, a título interino, entre novembro de 1936 e fevereiro de 1947 (dez anos e três meses). Seguiu-se-lhe Franco Nogueira (oito anos e cinco meses), e Paulo Veríssimo Cunha (oito anos, entre agosto de 1950 e agosto de 1958).

funções de administrador estatal da Companhia do Caminho-de-Ferro de Benguela, de vogal do Conselho Ultramarino e de representante na Assembleia Parlamentar da NATO, além de membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo. Nas páginas do jornal *Política*, a partir do início da década de 1970, nunca se coibiu de criticar os planos de «liberalização» marcelista, com especial contundência sempre que se falava da autonomia progressiva das províncias ultramarinas, fosse qual fosse a sua fórmula ou extensão (v. Lucena 2015 e Valente 2002: 77-98).

Quando o 25 de abril chegou, Franco Nogueira era um dos teóricos civilistas da ala ultra que lutava contra o marcelismo, acusando o último Presidente do Conselho do Estado Novo de fraquejar e de hesitar na defesa do que a ele e a outros pareciam ser as coordenadas irrenunciáveis do país. Quais eram elas? Como resume um autor atual,

A razão de uma política que defendia a existência de Portugal como nação ultramarina residia no facto de ser este o meio mais eficaz para a salvaguarda da independência do país. Pela sua reduzida dimensão, pelo seu atraso, pela sua posição no mapa geopolítico europeu, apenas a existência de uma nação portuguesa soberana, espalhada por vários continentes, impediria, em última análise, uma opção europeia na política externa (Martins 1996: 671).

E qualquer que fosse essa opção, ela conduziria, de uma forma que Nogueira considerava inelutável, a uma absorção pela Espanha.

Apesar do 25 de abril, ou porventura por causa dele e da radicalização revolucionária do PREC, Nogueira nunca renunciou à sua visão crítica da Europa, da democracia ou do encontro com a Espanha, nem nunca renegou a sua fidelidade passada ao Estado Novo e aos seus valores basilares. Na sequência do 28 de setembro de 1974, foi preso pelo COPCON em Caxias, onde permaneceu até maio de 1975. Foi então libertado e expatriou-se em Londres, onde viveu durante alguns anos. Depois de regressar a Portugal, em 1981, foi professor no ensino superior privado. Morreu em Lisboa, com 74 anos e o título honorífico de «embaixador», a 14 de março de 1993.

É redutor reduzir a «reserva histórica» nutrida pelo titular do MNE ao longo dos anos 1960 em relação ao país vizinho a um simples efeito

do foco ultramarino que dominava o seu pensamento. Antes convirá perceber – e é o que a seguir se fará – que Franco Nogueira não estava sozinho na sua cruzada hispanófoba. Longe de ser uma excentricidade única, a desconfiança, o medo, o ódio em relação à Espanha eram posições correntes nos corredores do poder e entre alguma intelectualidade do país ao longo do período em que Nogueira fez a sua formação intelectual, a sua ascensão na carreira pública e o seu desempenho como líder da diplomacia portuguesa⁽⁵⁾. O contexto alimentou assim a biografia tanto quanto a biografia de Franco Nogueira ajudou a exacerbar o contexto – e a realidade – do relacionamento ibérico, enquanto esteve no governo e também depois de ter deixado o poder e de ter sobrevivido na democracia pós-1976 e no Portugal europeu pós-1986.

Salazar e Franco entre a fronteira e o diálogo

O período da infância, da juventude e dos estudos de Franco Nogueira coincidiu com um tempo muito agitado na história da relação peninsular, cujas coordenadas e legado sem dúvida influíram no que seria a sua visão sobre tal problema ou desafio político-diplomático. Depois dos anos iniciais da I República, que foram para Portugal de preocupação acesa com o «perigo espanhol», e passada a crise da participação nacional da I Guerra Mundial, a década de 1920 assistiu à redescoberta da «amizade peninsular», sobretudo a partir do momento (1926) em que Lisboa e Madrid passaram a estar politicamente sintonizadas à direita, sob as ditaduras de Gomes da Costa/Óscar Carmona e de Miguel Primo de Rivera (Torre Gómez 1985 e 2011). Esse panorama não durou, todavia, muito. Em abril de 1931, a implantação da II República em Espanha reabriu de novo uma diferença clara entre os dois regimes vigentes na Península, reacendendo todas as reservas anti espanholas latentes em Portugal. Durante cinco anos, até julho de 1936 (e descontado o período mais moderado de outubro de 1934 a fevereiro de 1936), a Espanha caminhou para a esquerda, contrastando com um Portugal que

(5) Além de Franco Nogueira, outros «ideólogos do salazarismo viviam [também] no receio da absorção espanhola e de um anti espanholismo primário», atitude justificável, segundo a ortodoxia do Estado Novo, «em nome da prioridade da defesa das colónias portuguesas em África» (Matos 2007: 183).

caminhava para a direita, preparando a institucionalização do Estado Novo (v. Cruz 1999 e Oliveira s.d.).

A hispanofobia lusa era uma reação aos projetos federativos iberizantes que os republicanos (e demais esquerdas, socialista, comunista ou anarquista), alimentavam. Na visão conservadora e nacionalista de Salazar – que, em 1932, alcançaria a Presidência do Conselho de Ministros – a integridade e independência da Pátria portuguesa eram indiscutíveis, e justificavam todos os xenofobismos e resistências contra aquele renovado perigo espanhol. Não surpreende portanto que, colocado perante o *alzamiento* militar de julho de 1936, Salazar tenha optado por auxiliar Franco na Guerra Civil que logo alastrou entre os nacionalistas insurretos e o governo republicano e as esquerdas. Esse alinhamento tinha duas vantagens. Por um lado, a vitória franquista garantiria a consolidação de uma Espanha autoritária, unitária, ordeira e católica, imune a quaisquer projetos expansionistas (ou seja, iberistas), de republicanismo pró-comunista. Por outro lado, sabendo-se, como Salazar sabia, que também existiam ambições iberistas e anexionistas na extrema-direita da Falange, que apoiava Franco, a colagem ao Caudilho criar-lhe-ia obrigações de alguma lealdade, atuando como barreira contra essa ameaça. A esta luz, a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) foi um teste muito delicado à independência de Portugal – quer contra a perspectiva, já visível, de uma possível absorção do país pelo federalismo republicano acarinhado em Madrid, quer contra essa outra ameaça, menos audível mas ascendente, das ambições anexionistas do falangismo. Dito de outra forma, era uma questão de mal maior ou bem menor: o iberismo unitarista que poderia emergir por detrás de Franco era mais previsível, na sua atuação, do que o bolchevismo ou do que os projetos de federalismo peninsular sob capa democrática e republicana.

A hispanofobia lusa mudou assim de objeto e de tom à medida que a Guerra Civil foi evoluindo, sobretudo a partir do momento em que a diplomacia do Estado Novo se convenceu que Franco ia ganhar a contenda e que à ameaça «vermelha» ia suceder a de todos os que, rodeando o Caudilho, sonhavam ressuscitar a época gloriosa e unificadora de Filipe II a expensas do pequeno vizinho ibérico. Foi esse o teor do discurso proferido por Salazar na Assembleia Nacional, em abril de 1938, aquando do reconhecimento oficial da Junta de Burgos como governo legítimo da Espanha. «A nossa plena independência para a realização dos nossos destinos no mundo» – salientou o líder do

Estado Novo – «tem de ser axioma fundamental da política espanhola»; só nesta base haveria «campo aberto para entendimentos mútuos». E se dúvidas restassem, ficava o recado claro contra o triunfalismo iberizante da Falange:

Passado o momento convulsivo da horrorosa guerra, esmagado o comunismo e salva a Espanha para a civilização ocidental, a todos se há-de impor [...] esse facto irreduzível da dualidade peninsular, contra o qual, se foram impotentes as tradições federalistas das duas repúblicas, também não o é menos a tradição imperialista de Filipe II (Salazar III: 82-84, discurso de 28 abril 1938).

Perante o franquismo – quer antes, quer depois da sua vitória, em 1939 – o nacionalismo português continuou a definir-se como orgulhosamente patriótico contra a Espanha, afirmando a indispensabilidade e a solidez de uma fronteira de raia que era tanto física quanto sentimental⁽⁶⁾. Por isso mesmo, o apoio salazarista à causa do Caudilho e a convergência político-diplomática selada na assinatura do Pacto Ibérico, em março de 1939, não excluía a prevenção, a reserva e a desconfiança. Em maio de 1939, uma vez mais na Assembleia Nacional, em discurso celebrativo do fim da Guerra Civil em Espanha, Salazar não baixou a guarda: «Portugal e Espanha são obrigados a viver paredes meias na Península; a boa ou má vizinhança favorece-os ou prejudica-os a ambos». E por isso, na sua opinião, o «traço característico» que teria sempre de presidir às relações peninsulares era simples de enunciar: «dois Estados irremovivelmente independentes; duas nações fraternalmente solidárias» (Salazar III: 147, discurso de 22 maio 1939). A doutrina assim exposta tinha vários portavozes na elite do regime, como Jorge Botelho Moniz ou José Pequito Rebelo, que escreveram sobre a Espanha ou as relações com a Espanha, secundando sempre, a partir da irremovibilidade da fronteira, a ideia dogma da «dualidade peninsular», da «independência com aliança» e da «vizinhança com amizade», e recusando qualquer fórmula de união

(6) Nos termos de Sérgio Campos Matos, «o nacionalismo conservador do Estado Novo, enraizado numa visão triunfalista do passado nacional, definiu-se, em larga medida, por oposição a Espanha (identificada com Castela), considerada explícita ou implicitamente o grande adversário histórico» (Matos 2007: 188).

ibérica como um ato de violência em relação a um povo que contava já oito séculos de existência autónoma no quadro da Península (entrevista de Botelho Moniz ao *Diário de Lisboa*, maio de 1939, cit. por Loff 2004: 19, e Rebelo 1939).

Aquilo a que Botelho Moniz (um dos comandantes dos «Viriatos»), chamava «a ilusão de Filipe II», ou seja, a «hipótese absurda da cegueira imperialista» dos novos donos de Madrid (cit. por Loff 2004: 19), não sossegou com o fim da Guerra Civil, em 1939. Bem ao contrário, esteve bastante viva e foi especialmente ameaçadora nos primeiros tempos da II Guerra Mundial. Entusiasmado pelos triunfos do *Duce* e do *Führer*, embalado pelo belicismo anexionista do seu cunhado (o poderoso Ramón Serrano Súñer) e pressionado pelo iberismo da Falange, há sinais de que Franco pode ter equacionado, com luz-verde alemã e italiana e a coberto da beligerância, planos anexionistas em relação ao seu vizinho ibérico. Essa ameaça foi, porém, esvaziada a partir do momento (1941) em que Hitler desistiu de intervir na Península, voltando os esforços da máquina de guerra do III *Reich* para a invasão da URSS. Isso bastou para enfraquecer a germanofilia em Madrid e, por consequência, a hispanofobia também abrandou em Lisboa (v. Telo 1998).

Em fevereiro de 1942, Salazar e Franco encontraram-se pela primeira vez em Sevilha, num ambiente distendido que marcou o desanuviamento e a reaproximação entre os dois regimes ibéricos. Em dezembro desse ano, a celebração do «Bloco Peninsular» cimentou ainda mais a ligação entre o franquismo e o salazarismo, implicando «a superação do iberismo como principal fator condicionante das relações luso-espanholas» (Jiménez Redondo 1999: 108). Mas isto nunca significou uma relação ibérica fraternal, e menos ainda excluiu a manutenção de prevenções permanentes de parte a parte. A necessidade de colaboração coexistia com a desconfiança, materializando assim um equilíbrio entre «fatores exógenos de aproximação e fatores endógenos de divergência», ou de «alheamento real por debaixo da aparente proximidade» (Jiménez Redondo 1996: 3-4) – o *vivir de espaldas*, como depois da II Guerra Mundial e ao longo dos anos 1950 e 1960 se perceberia.

Salazar e Franco personificaram em si mesmos a realidade sentimental do diálogo ibérico. Eram dois homens, chefiando dois países, «amigos inimigos» (v. Gaspar 2000 e Medina 2000). Não por acaso, desde os tempos da Guerra Civil de Espanha até aos seus últimos dias – e apesar das cimeiras bilaterais com o Caudilho – o líder do Estado Novo sempre

manifestou alarme e pouco entusiasmo face a grandes aproximações culturais entre os dois regimes. Como um dia explicou, tais convergências transfronteiriças nunca serviam «senão para os espanhóis cumularem de amabilidades os escritores portugueses e fazerem desse modo um trabalho de penetração pacífica que não deve ser favorecido» (nota de Salazar de 25 maio 1938, cit. por Meneses 2010: 229). Foi sempre esta, de resto, a doutrina vigente no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Luís Teixeira de Sampaio – durante anos secretário-geral do MNE e presidente do júri de concurso que recrutou Franco Nogueira para o quadro do Palácio das Necessidades – fazia chegar periodicamente à Presidência do Conselho relatórios onde alertava para os perigos da subalternização de Portugal na Ibéria, que redundaria numa vulnerabilidade nacional perante o desígnio hegemónico espanhol, fosse ele real, de cariz político ou militar, ou subliminar, de cariz cultural, económico ou outro (Oliveira 1999: 42-43, e Sánchez Cervelló 2002: 278).

Contrariando lugares-comuns muitas vezes repetidos, deve assim salientar-se que ao longo de décadas, mesmo depois dos sobressaltos da Guerra Civil de Espanha e da II Guerra Mundial, a relação entre as duas ditaduras ibéricas «foi mais uma história de desentendimentos e de divórcios do que uma história de entendimentos, compreensão e cooperação mútua», na medida em que «um subterrâneo anti espanholismo percorreu o salazarismo, enquanto a ignorância patente sobre tudo o que era português percorreu o franquismo» (César Oliveira in Aa.vv. 2006: 53, e Loff 2004: 20). E apesar da democratização e da Europa, que nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI trouxeram liberdade política, arejamento cultural e algum desenvolvimento material a Portugal e Espanha (no quadro da diluição de fronteiras propiciado pelo espaço Schengen), aqueles sentimentos não desapareceram por completo. O pensamento hispanóforo de Franco Nogueira foi tanto um produto destas circunstâncias quanto um elemento que muito ajudou a reforçá-las, perpetuando a representação da Espanha como o inimigo natural do pequeno Portugal.

A hispanofobia de Franco Nogueira

Oriundo de uma família conservadora, Franco Nogueira abeirava os 13 anos quando a II República triunfou em Madrid, os 18 anos quando eclodiu a Guerra Civil de Espanha e os 21 anos quando começou a II

Guerra Mundial. A sua aprendizagem e consciência políticas foram feitas no calor e no quadro dos anos da formação e consolidação do Estado Novo – um processo que Salazar fez *ao lado* da Espanha, mas também *contra* a Espanha. Como depois o próprio Nogueira recordaria, entre a ameaça certa do republicanismo e a sombra incerta do franquismo, entre a paz e a guerra, naqueles anos de 1936 em diante Salazar jogava tudo: «não ganhará alguma coisa ou perderá alguma coisa: ganha tudo ou perde tudo» (Nogueira 1978: 14). O sobressalto, a angústia, a incerteza do período de 1936 a 1945 foram tais e tão intensos que os principais políticos do Estado Novo nunca deles se libertaram. O regime tivera de se envolver em assuntos peninsulares e europeus, ou seja, continentais. Passado o susto e tendo sobrevivido ao turbilhão, havia que recentrar Portugal na sua linha histórica, marítima, atlantista, ultramarina, colonial e imperial. É este o melhor quadro mental para compreender a obra e o pensamento de Alberto Franco Nogueira. A sua hispanofobia incorrigível era a principal decorrência daquele entendimento geral – e de tal forma ela era intensa que Nogueira se tornou uma figura singular na história da relação luso-espanhola durante o século XX.

Diplomata de carreira com vasta experiência internacional, como atrás se viu, Franco Nogueira assumiu-se sempre, antes de ser ministro, enquanto ministro e também (ou sobretudo) depois de deixar o MNE, como o porta-voz da direita nacionalista portuguesa, o cruzado do integracionismo ultramarino e da propalada vocação africana de Portugal, nutrindo contra a arqui-inimiga Espanha uma reserva histórica incontornável, que o fazia considerar qualquer iberismo ou peninsularismo – em suma, qualquer tipo de aproximação política, cultural ou económica a Madrid – como uma traição à pátria. O seu primeiro contacto com a «sacrossanta» África ocorreu em 1953, numa viagem a Moçambique; nos anos seguintes, conheceria bem a realidade africana. Rapidamente ganhou uma perspetiva alargada das grandes relações globais intercontinentais, cimentando a convicção de que Portugal era e deveria continuar a ser um grande mediador entre o velho e os novos mundos – entre a Europa, a África, a Ásia e até a América Latina, onde o Brasil seguia sendo culturalmente português. A lusofonia mundial valia muito mais do que qualquer relacionamento bilateral curto no espaço europeu. E só essa projeção atlântica impediria Madrid de fazer o que a geografia e a história a impeliam a fazer: corrigir a anomalia

de uma Península partida ao meio e de uma Espanha amputada da sua faixa marítima mais ocidental.

Se não antes, por inclinação pessoal ou por ter bebido o anti castelhanismo vigente no MNE, foi por causa da discussão internacional da política colonial portuguesa que Franco Nogueira cimentou a sua hispanofobia. É sabido que um dos fatores que mais contribuíram para as «costas voltadas» entre Lisboa e Madrid e para a «*ralentización*» da amizade ibérica oficial entre Salazar e Franco (Aldecoa 1987: 83) foi a diferença de atitudes dos dois regimes face aos seus respetivos domínios em África. Nos anos 1950 e 1960, no quadro da ONU, Madrid não estava disposta a prejudicar as suas amizades internacionais por causa de minúsculos enclaves africanos que pouca ou nenhuma relevância económica, geoestratégica, político-histórica e sentimental tinham já para a Espanha. E por isso a descolonização do Saara espanhol, da Guiné Equatorial e da ilha de Fernando Pó foram aceites por Franco e realizadas sem grande polémica ou confronto militar. Em contraste, Salazar sempre respondeu às pressões descolonizadoras da ONU pela negativa, com o argumento de que Lisboa não tinha «colónias», mas «províncias ultramarinas», que eram pedaços de pátria tão portugueses quanto o retângulo da metrópole europeia e, portanto, inalienáveis⁽⁷⁾. É verdade que Franco e o seu ministro dos Assuntos Exteriores, Fernando Castiella, se solidarizaram com o Estado Novo aquando da perda da Índia Portuguesa, no final de 1961. Mas foi apenas um gesto protocolar. Lisboa sabia que não poderia contar com Madrid na causa da defesa do seu império. Nos debates e votações acerca da presença europeia em África nas Assembleias Gerais das Nações Unidas os embaixadores espanhóis votavam por vezes a favor de Portugal; mas noutras votavam contra ou abstinham-se (v. Torre Gómez 2012: 210-235, e Cardoso 2006).

Quando foi empossado ministro dos Negócios Estrangeiros, na primavera de 1961, Nogueira conhecia o problema, pois integrara já diversas delegações portuguesas enviadas à ONU. Mas compreendeu-o melhor em maio de 1963, em Mérida, na aquele que foi o 7.º e último

(7) Em janeiro de 1964, D. Juan de Borbón (conde de Barcelona e pai do futuro monarca D. Juan Carlos), teve ocasião de conversar com Salazar acerca da questão colonial, e da guerra, que já lavrava em Angola e na Guiné, perguntando ao Presidente do Conselho português «*si realmente creía que su actual política podía funcionar*»; a resposta de Salazar foi rápida e lapidar: «Funcione ou não funcione, é a minha obrigação» (cit. por Torre Gómez 2012: 214).

encontro entre o Caudilho e Salazar ao longo das suas vidas (v. Rezola 2008). Oficialmente, não existiam problemas bilaterais entre Portugal e Espanha a dirimir nessa cimeira. Mas quando o lado português quis saber o que se passava de concreto com a Guiné Equatorial (onde já se anunciara a realização de um referendo para a autodeterminação) e em Fernando Pó, e que compromissos havia sobre isso entre Madrid e a ONU, Franco e Castiella foram evasivos. E Franco Nogueira compreendeu, sem surpresa, mas com desgosto, o que se passava: «Salazar conclui que os espanhóis, na primeira oportunidade, estão dispostos a abandonar tudo na África negra, para evitar embaraços com a ONU; e que na sua ideia de uma *grande política* no mundo árabe, vão sacrificar alguma coisa a essa miragem» (Nogueira 1984: 484, *italico no original*). A partir de então, com a aceitação espanhola da descolonização, os caminhos peninsulares cavaram uma separação mais funda, à medida que Madrid se ia distanciando de um vizinho incómodo e cada vez mais ostracizado pela comunidade internacional.

A cimeira de Mérida reforçou o misto de desconfiança, medo, repúdio e distanciamento que Nogueira já sentia em relação ao país vizinho. Já antes, em novembro de 1961, recém-chegado ao governo, acompanhando a visita do Presidente da República, Américo Tomás, a Espanha (ocasião em que conheceu pessoalmente Franco), anotara no seu diário o mal-estar que lhe causara o «sentimento de grandeza» que vira exibido em todos os locais – do palácio do Oriente ao palácio da Moncloa, do museu do Prado ao mosteiro do Escorial, do Vale dos Caídos ao Alcazar de Toledo. Achava que o país vizinho seguia sendo o que sempre fora, desde os tempos de Carlos V ou de Filipe II: imperial, militarista e dominador. A seu lado, lamentava,

Nós, portugueses, parecemos uns simples, uns cândidos, uns paisanos, por vezes provincianamente fascinados, e não nos apercebemos que nos espreitam sempre um conde-duque de Olivares, um José Carvajal, um Floridablanca, um Godoy, um Afonso XIII, e todos, todos os mais, com continuadores tenazes até aos nossos dias (Nogueira 1986: 18-19).

Em dezembro de 1967, novamente secundando Américo Tomás, que fora a Espanha para uma caçada com o Caudilho, conversou sobre o tema

do iberismo com o general Agustín Muñoz Grandes (vice-presidente do governo espanhol entre 1962 e 1967), a quem confidenciou achar que a «obsessão constante da Espanha em anexar Portugal» estava «hoje tão viva como sempre». Muñoz Grandes respondeu-lhe que existiam os espanhóis que queriam a anexação, «o desaparecimento político de Portugal», «quase imediatamente e por quaisquer meios que fossem necessários»; e existiam também os que desejavam o mesmo objetivo, «mas a conseguir gradualmente, em cinquenta ou setenta anos». Os primeiros representariam 90% da população espanhola; os segundos 10% – e nestes estava o general espanhol, que não queria «violências», mas «tudo em amizade». Nogueira agradeceu-lhe a sinceridade e replicou que os portugueses «jamais» queriam a união ibérica. «É uma pena», rematou Muñoz Grandes (Nogueira 1986: 270).

Ao contrário de Salazar, Marcelo Caetano era um admirador da Espanha (v. Martins 2014). A partir de finais de 1968, o programa da chamada «Primavera Marcelista» pareceu a versão portuguesa do *desarrollismo* e do *aperturismo* que marcavam já a agenda política espanhola do tardo-franquismo. Por isso Caetano substituiu a atitude «amistosa mas desconfiada» de Salazar em relação ao vizinho ibérico por outra «mais cooperante» (Sánchez Cervelló 2002: 283), apostando em dar um novo impulso aos contactos e ao entendimento bilaterais. Em maio de 1970, deslocou-se a Madrid para assinar com o Caudilho o protocolo de renovação do Pacto Ibérico de 1939, estabelecendo a obrigatoriedade de consultas anuais entre os chefes do governo (os ministros dos Estrangeiros deveriam ver-se uma vez por semestre) e um reforço explícito das relações económicas, científicas e culturais. «Os nossos dois países», explicou Marcelo nessa ocasião, «não podem alhear-se nem deixar de buscar formas eficazes de colaboração íntima» (cit. por Antunes 2003: 197). Refletindo a influência crescente de vozes pró-europeias no interior do regime português, Lisboa secundou Madrid no diálogo conjunto com o diretório europeu, materializado na assinatura dos acordos comerciais de 1970 (espanhol) e 1972 (português) com a CEE, ao mesmo tempo que se fortaleciam os fluxos de trocas transfronteiriças dentro da Península.

Sem surpresa, um dos maiores críticos do europeísmo e da hispanofilia marcelista era Franco Nogueira, para quem esses caminhos estavam a descaracterizar o país, negligenciando a África e diluindo a pequena metrópole no capital estrangeiro e nos interesses políticos de outros

países. Quer dentro do governo quer depois, já fora dele, Nogueira nunca deixou de exprimir a sua arreigada hispanofobia, num tempo novo, em que odiar a Espanha começava a passar por politicamente incorreto. A sua perspetiva era a de sempre: Portugal era um país pluricontinental virado para o Atlântico e para a África e a sua inserção europeia era geográfica e secundária. Sem o Atlântico e sem a África – ou seja, sem o império – restringido, por hipótese que não deveria sequer ser imaginada, ao seu retângulo continental metropolitano, o país não tinha viabilidade nem sobrevivência possíveis, porque perderia a massa crítica extracontinental de que, desde o século XV, a sua independência era feita. E por isso, acrescentava, a descolonização e a perda de África determinariam a curto prazo a diluição de Portugal na Espanha. Manter bem viva, e erguer bem alto, a fronteira que dividia a Península era assim a única prevenção possível contra esse negro futuro, e uma chamada às armas para a necessária concentração das energias nacionais no império.

Um dos seus primeiros atos como ministro nos Negócios Estrangeiros, em 1961, foi reforçar os pedidos dirigidos pelo seu antecessor na pasta, Marcelo Mathias, a Charles De Gaulle, para que a França da V República apoiasse Portugal na guerra colonial encetada então em Angola, invocando para isso o argumento clássico dos integracionistas: «se perder os seus territórios do ultramar, Portugal ficará vulnerável à dominação espanhola» (cit. por Antunes 2003: 331). Em outubro de 1969, usando argumentos semelhantes durante a campanha eleitoral para as eleições marcelistas, Franco Nogueira deixou patente a sua defesa intransigente do império e a sua desconfiança ressentida em relação à Espanha:

Toda a nossa política nacional deve ser orientada no sentido da manutenção e defesa do Ultramar [...] Com exceção da Inglaterra, que é uma ilha, nós somos na Europa o único país que apenas tem fronteiras com um outro país só, e acontece que o nosso vizinho é três ou quatro vezes superior em área, recursos e população. Não possuindo vários vizinhos, está-nos vedada a possibilidade que os demais têm, de nos defendermos da pressão ou ameaça de um vizinho apoiando-nos em outros (Nogueira 1970 [1969]: 334-335).

Entre a Espanha e o mar, a escolha era entre a subserviência e a asfixia, de um lado, e a grandeza e a respiração, do outro lado. Não havia meio-termo ou conciliação possíveis.

Por aqui se reforça a ideia de que Franco Nogueira chegou a ser o mais lídimo porta-voz da hispanofobia que o Estado Novo e o nacionalismo português sempre tiveram no seu interior, oriundo da persistência histórica e multissecular do receio da absorção espanhola, qualquer que fosse a sua fórmula ou o seu veículo executor⁽⁸⁾. Era isso que o levava a criticar (como fez já no fim da vida), com a mesma intensidade, os iberismos – todos «absorventes e imperiais» – de Manuel Azaña ou de Alcalá Zamora, de Indalecio Prieto ou de Largo Caballero, de Claudio Sánchez-Albornoz ou de Alejandro Lerroux, de Calvo-Sotelo ou de Gil Robles, de José Antonio Primo de Rivera ou de Franco, de Serrano Suñer ou de Martín Artajo, de Ibáñez Martín ou de Félix de Lequerica, de Fernando de Castiella ou de López Rodó (Nogueira 1992: 148-149). A diferente cor política destes nomes não lhe interessava. Por junto, todo o ideal ou defesa de iberismo, fosse qual fosse a sua intenção ou modalidade de concretização, era equiparado a nada menos do que «um fenómeno patológico» (v. Pereira 2010: 271). Haveria gente bem-intencionada, em Espanha e em Portugal, apostada numa aproximação que não fosse fusão e que não beliscasse a soberania política ou as fronteiras? Pouco importava. Não havia bons ou maus iberismos e qualquer que fosse o seu contorno ele teria de ser combatido: «todas essas teses são simplesmente suicidas. Não sejamos ingénuos. Não acreditemos que o iberismo seja solução para qualquer problema português, salvo se quisermos perder a independência» (Nogueira 1992: 28).

Fiel a esta lógica, várias vezes Franco Nogueira investiu contra Oliveira Martins, António Sardinha ou Pequito Rebelo por achar que tinham sido todos próceres, à direita, da ideia nefasta do iberismo. A distinção que os três faziam entre peninsularismo (ou aliancismo) e unitarismo político estrito – o primeiro entendível como diálogo fraterno *por sobre* a fronteira física, o segundo como uma ameaça clara de *eliminação* da fronteira física – nunca por ele foi compreendida, nem reconhecida (Nogueira 1992:

(8) Olhado a partir de Espanha, Franco Nogueira aparecia à diplomacia do país vizinho, no final dos anos 1960, como que «*perturbado por la propia misión exterior que durante una década estuvo desempeñando, mimetizado por la extremosa rigidez del presidente del Consejo, más salazarista, en fin, que el próprio Salazar*» (Torre Gómez 2012: 235).

137-140). De todos, o seu principal alvo foi mesmo António Sardinha. Para Franco Nogueira, o «peninsularismo» proclamado por este era um caso de pensamento eminentemente desnacionalizador e, no limite, uma traição aos deveres indeclináveis da pátria imperial. Daí as suas repetidas críticas ao patriarca do Integralismo Lusitano:

No fundo, o *Portugal Maior* que [Sardinha] ambicionava teria de se cingir à restauração de uma monarquia, subordinada ao cetro superior de Castela, e cuja missão deveria consistir em exercer no mundo o zelo apostólico [...] Sardinha era sem dúvida um homem sério, digno, de boa fé. Mas em matéria de grande política, era um ingénuo e um provinciano. A sua cultura era feita de pormenores sem significado; a sua visão parava nos Pirenéus; não sentia o Brasil nem sentia a África; estava deslumbrado perante a Madre-Espanha (Nogueira, escritos de 1971 e 1974, cits. por Matos 2007: 180-181)⁽⁹⁾.

Feito o 25 de abril de 1974 e terminada a descolonização, o cenário catastrofista imaginado pelo ex-ministro de Salazar e de Caetano nunca se concretizou. Desprovido das colónias africanas com o fecho do ciclo imperial, o país não perdeu a independência, não foi absorvido pela Espanha e, bem ao contrário, soube redefinir-se e relançar-se através da sua renovada pertença à Europa. Encerrado o PREC, a década de 1976 a 1986 correspondeu a um importante período de consolidação da democracia e de caminho trilhado em direção à adesão ao mercado comum da CEE, atingido por Lisboa e por Madrid em janeiro de 1986. No final da década de 1970 e na primeira metade da década de 1980, as negociações ibéricas com a CEE constituíram-se como pretextos de aproximação luso-espanhola nas pastas ministeriais económicas, ao mesmo tempo que o dossiê NATO (de que Portugal era membro fundador desde 1949, mas a que a Espanha só acederia em 1982), obrigou a um estreitamento

(9) José Pequito Rebelo, Integralista dos tempos de António Sardinha, fez a defesa do companheiro intelectual, acusando Franco Nogueira de estar, no fundo, a denegrir «o maior dos anti-iberistas» (porque o «iberismo» era ambição territorial e o «peninsularismo» uma empatia cultural transfronteiriça), defendendo, de passagem, que o Portugal dos tempos do marcelismo deveria ter uma diplomacia mais aberta e plural, englobando a Espanha e não apenas a velha aliança luso-britânica, que era da particular preferência do antigo ministro dos Negócios Estrangeiros (Matos 2007: 182-183).

de relações entre os ministérios dos Negócios Estrangeiros / Assuntos Exteriores, Administração Interna / Interior, e Defesa. Perante isto, pode dizer-se que Franco Nogueira, porventura copiando a disposição mental dos velhos aristocratas franceses perante a Revolução, não esqueceu nada e nada aprendeu, desprezando sempre estas aberturas, encontros e convergências. Em 1981, quando regressou a Portugal para se dedicar à escrita histórica e memorialística, declarou que a adesão à CEE seria uma opção desnacionalizadora, redundando apenas na criação de um «mercado comum ibérico» onde Portugal perderia muito mais do que o que lucraria, ainda por cima «dominado pela vontade e pelo poder do parceiro mais forte» – «e todos sabemos que ao domínio económico se segue o domínio político» (Nogueira 1992: 39).

Um ponto de vista fundamentalmente idêntico seria ainda explanado por ele uma década volvida, em 1992. A integração europeia levava já então seis anos de existência e o euro-otimismo era a nota política e cultural dominante em Lisboa e em Madrid. Em Portugal, o cavaquismo estava no auge, enquanto a Espanha maravilhava o mundo com a grande Exposição Universal de Sevilha e com a realização dos Jogos Olímpicos em Barcelona. Talvez por isso, Franco Nogueira publicou então (a um ano da sua morte), aquele que é talvez o mais violento ensaio de hispanofobia alguma vez escrito por um português⁽¹⁰⁾.

Nogueira vira o salazarismo e o franquismo partirem, assistira à revolução e à democracia e pudera ver a Península aberta ao mundo através da CEE. O que quase toda a gente qualificava como progresso, ele considerava ser um caminho de desnacionalização às mãos da velha inimiga figadal, a Espanha. O quadro traçado em 1992 era claro e coerente com as suas opiniões de sempre: «Se há na dialética peninsular uma constante, é o desejo, o objetivo, a obsessão espanhola de corrigir o que considera a anomalia de um Portugal independente. Essa atitude de sentimento, de pensamento e de ação atravessou os séculos; e foi sempre vivaz» (Nogueira 1992: 97). Achava, por isso, que «por detrás de cada espanhol paira um conde-duque de Olivares» (*sic*) (Nogueira 1992: 113). Felipe González (o então presidente socialista do governo espanhol), disfarçado das blandícias da Europa e do mercado comum, seria apenas a sua mais recente encarnação. Quanto à convergência peninsular na

(10) Trata-se da obra *Juízo Final*, de 1992. V. sobretudo o capítulo III (97-158), não por acaso intitulado «A ameaça permanente ou o milagre da vontade».

Europa, era a última face de um iberismo detestável, sempre «descarnado, centralizador, integracionista e anexionista por parte da Espanha, e ingénuo, oportunista e subalterno por parte de Portugal» (Nogueira 1992: 100). A Espanha, acrescentava, «por princípio nunca pode estar de boa-fé; porque o alvo último que prossegue não pode ser confessado, nem explicitados os motivos que a impelem» (Nogueira 1992: 98). A sombra de Filipe II – que nunca tolerara a «tragédia» de «ver morrer o Douro fora da sua terra» (Nogueira 1992: 151) – estava bem viva em 1992, num Portugal que Franco Nogueira descrevia como infiltrado e entorpecido por interesses económicos estrangeiros, refratário às noções de soberania, independência e pátria. Vinha depois a denúncia do domínio da televisão espanhola na raia, dos filmes espanhóis na RTP, das marcas, empresários e jornalistas espanhóis em Portugal, da popularização da língua espanhola, do controlo dos bancos portugueses por espanhóis, da construção de vias de comunicação que levavam os portugueses para Espanha, etc., etc. Não faltava sequer o remoque contra a mania do «esmagamento dos descobrimentos portugueses com os descobrimentos espanhóis, *que já conseguiram chegar onde nunca chegaram*» (Nogueira 1992: 152 e 155-156, itálico no original)⁽¹¹⁾. Tudo visto e considerado, ficava a recomendação final: na consideração da eterna ameaça espanhola, «os tempos não são novos, nem são outros: e os fantasmas do passado estão bem vivos no presente – porque não são fantasmas» (Nogueira 1992: 157)⁽¹²⁾.

Conclusão

O nacionalismo exacerbado e a xenofobia intransigente, que objetivam um determinado país como o inimigo natural (real ou imaginado) de um povo, vincando na consciência histórica uma noção e realidade de fronteira divisora, são linhas de pensamento que a integração europeia, a globalização multissetorial e os próprios

(11) A referência crítica era contra a propaganda excessiva de Cristóvão Colombo, cujo 5.º centenário da viagem de descobrimento da América se celebrava em 1992, face às figuras portuguesas de Bartolomeu Dias, Vasco da Gama ou Pedro Álvares Cabral.

(12) Franco Nogueira aproveitava mesmo para presentificar a memória de Aljubarrota: «Exageramos, nós, Portugueses, o significado, a dimensão da batalha de Aljubarrota? Não. Tomamos mesmo a atitude inversa, limitamo-la, reduzimo-la, quase a esquecemos. E, no entanto, Aljubarrota condensou, sintetizou, exprimiu toda uma realidade geopolítica: a dualidade peninsular, assegurando na altura a independência portuguesa» (*ibidem*: 55).

mecanismos e organizações internacionais de cooperação e de manutenção da paz tornaram obsoletas na transição do século XX para o século XXI. Não é, todavia, crível que Franco Nogueira, se acaso tivesse vivido para cá de 1993, alguma vez renunciasse ao seu anti espanholismo. Aliás, como começámos por reparar, desde que o mundo mudou com a crise internacional da última década, a qual se repercutiu fortemente nas economias mais pobres e periféricas da União Europeia, os olhares transfronteiriços ganharam novas cores e ingredientes menos simpáticos. O fenómeno do nacionalismo xenófobo não é (ainda?) muito visível em Portugal, mas vários sinais têm mostrado que, ao lado dos que amam a Espanha e veem no aprofundamento da ligação ibérica uma saída conjunta e viável para as dificuldades da Península, também proliferam os que denunciam o país vizinho como uma ameaça, pela sua escala, à economia lusa, ou como cúmplice de uma UE opressora dos pequenos. E isto sem levar em linha de conta o receio, já existente em Portugal, de que problemas espanhóis hoje inflamados, como o do separatismo catalão, possam implodir o país vizinho, num processo de consequências políticas incalculáveis para Portugal, enquanto região (é verdade que independente e soberana) da Península.

Franco Nogueira tinha uma retórica anti espanhola especialmente dura – e foi uma figura de topo na política salazarista e marcelista, permanecendo como voz audível no Portugal democrático e europeu do final do século XX. Mas não era um excêntrico isolado, em completa contracorrente em relação a tudo e todos os que o rodeavam. Ao longo das décadas mais recentes, para não remontar a séculos passados, por cada voz hispanófila em Portugal, havia uma voz hispanófoba. De Fernando Pessoa a António Sardinha, de Eduardo Lourenço a Natália Correia, de Lídia Jorge a José Saramago (para desta vez não mencionar políticos), muitos foram os que tentaram rumar contra o anti espanholismo; e de João Chagas a Salazar, ou de Franco Nogueira aos ativistas de Olivença e aos opositores à espanholização da economia lusa, muitos foram os que vincaram uma irreprimível recusa de qualquer iberismo ou peninsularismo cultural, político ou material, fazendo da hispanofobia uma estratégia sublimadora de um sentimento coletivo de ciúme, asfixia, medo – ou isso tudo junto.

Em 1992, no mesmo ano em que Franco Nogueira publicou a sua última diatribe contra a Espanha, o sociólogo António Barreto, espírito

clarividente e informado, homem de cultura cosmopolita e democrata, insuspeito de qualquer simpatia pelo regime do Estado Novo, deu à estampa um texto jornalístico que ficou famoso, intitulado «Razões para não gostar de Espanha». Mais do que veicular opiniões pessoais críticas do país vizinho, embora elas ali pesassem, do que se tratava era de sistematizar toda a gama de imagens e de sentimentos que os espanhóis e a Espanha tradicionalmente evocavam na mente do português comum, entretanto exacerbados pelos êxitos do progresso do país vizinho na Europa, que contrastavam com o menor sucesso português. Na Europa de Maastricht, Barreto achava que Portugal estava para a Espanha mais ou menos como a Roménia em relação à Suíça (*sic*). E isso levava-o a declarar ser legítimo «não gostar de Espanha», porque «é pouco saudável ter vizinhos mais fortes, maiores e mais ricos», «porque não me agrada a ideia de ter um só vizinho», e porque, «finalmente, detesto ter um só vizinho, que é mais forte, maior e mais rico» (Barreto 1996 [1992]: 79-80).

Franco Nogueira poderia ter escrito a mesma coisa. E o juízo, posto que pessoal, era demonstrativo de um pensar coletivo e enraizado. Já antes, no início dos anos 1980, Carlos Reis (docente universitário português) confidenciara a um jornal espanhol: «aos portugueses da minha geração, educaram-nos num ódio ancestral à Espanha» (cit. por Álvarez 1996: 375). Isto não era uma exceção: era a regra. E ainda em 1990, José Saramago recordaria:

Como qualquer outro português, fui instruído na convicção de que o meu inimigo natural era, e sempre o seria, a Espanha. Não atribuía demasiada importância ao facto de que nos tivessem invadido e saqueado os franceses, ou que os ingleses, nossos aliados, nos tivessem explorado, humilhado e governado [...] Absoluto, do nosso ponto de vista de portugueses, só o rancor ao castelhano, sentimento chamado patriótico, em que fomos infatigáveis no transcurso dos séculos (cit. por Molina 1990: 5-6).

Por aqui se vê que a hispanofobia, com ou sem a veemência e a adjetivação utilizadas por Franco Nogueira, foi sempre, até tempos muito próximos, uma espécie de segunda natureza da autorrepresentação

nacional – um «acutilante instrumento político» e «tema fraturante» (Pereira 2010: 282), ou um dos maiores «tópicos mobilizadores do debate público sobre a nação, o seu passado, presente e futuro» (Matos 2007: 169). Restará saber até que ponto essa hispanofobia continua e continuará a povoar a imaginação dos portugueses das novas gerações do século XXI, numa conjuntura presente que é tanto de globalização pós-fronteiriça quanto de incerteza potencialmente restauradora de fronteiras políticas, económicas, culturais e migratórias.

Bibliografia

- Aa.vv. (2006). *Portugal/Espanha: Iberismo, Nacionalismo, Europeísmo e Lusofonia*. Oeiras: Fundação Marquês de Pombal.
- Aldecoa, Francisco (1987). «Las relaciones bilaterales hispano-portuguesas en perspectiva histórica (1945-1978)», in Guy Clause e Maria José Esteves (coord.), *As Relações Luso-Espanholas no contexto da adesão à CEE*. Lisboa: IED, 77-100.
- Álvarez, Eloísa (1996). «Iberismo, Hispanismo e Hispanofilia en Portugal en la última década», *Revista de História das Ideias*, 18, 373-387.
- Antunes, José Freire (2003). *Os espanhóis e Portugal*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Barreto, António (1996 [1992]). «Razões para não gostar de Espanha», in *Sem Emenda*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 79-83.
- Cardoso, Maria Cristina Ventura (2006). *A Encruzilhada Ibérica. A questão colonial no palco das Nações Unidas (1955-1963)*. Lisboa: ISCTE.
- Cruz, Manuel Braga da (1999). «Portugal e a II República Espanhola», in *Transições Históricas e Reformas Políticas em Portugal*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 33-53.
- Ferreira, José Medeiros (1989). *Um Século de Problemas. As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- García Pérez, Rafael (2011). «Espanha y Portugal en la UE: de la convivencia a la integración», in Teresa Ferreira Lopes e Rafael García Pérez (coord.), *Portugal e Espanha. Crise e Convergência na União Europeia*. Parede: Tribuna da História, 163-192.
- Gaspar, Carlos (2000). «Estruturas, alianças e regimes. As relações entre Portugal e Espanha (1926-1974)», *População e Sociedade*, 6, 165-209.

- Jiménez Redondo, Juan Carlos (1996). *El ocaso de la amistad entre las dictaduras ibéricas, 1955-1968*. Mérida: UNED.
- « - » (1999). «Portugal, a Espanha e a formação da NATO», *Política Internacional*, 19, 97-111.
- Jorge, Lídia (1995). «A Mão Espanhola», *Finisterra. Revista de Reflexão e Crítica*, 17, 63-68.
- Loff, Manuel (2004). «Revolución versus Transición? Visiones de España desde el Portugal revolucionario y posrevolucionario», *Gerónimo de Uztariz*, 20, 14-44.
- Lucena, Manuel de (2015). «Alberto Franco Nogueira (1918-1993)», in *Os Lugar-Tenentes de Salazar. Biografias*. Lisboa: Alêtheia, 137-227.
- Martins, Fernando (1996). «Nogueira, Alberto Marciano Gorjão Franco (1918-1993)», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, vol. II, 670-671.
- Martins, Paulo Miguel (2014). *Cartas entre Marcelo Caetano e Laureano López Rodó. Uma Amizade com História*. Lisboa: Alêtheia.
- Matos, Sérgio Campos (2007). «Conceitos de Iberismo em Portugal», *Revista de História das Ideias*, 28, 169-193.
- Medina, João (2000). «Salazar e Franco: dois ditadores, duas ditaduras», in *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a Ditadura*. Lisboa: Livros Horizonte, 227-246.
- Meneses, Filipe Ribeiro de (2010). *Salazar. Uma biografia política*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Molina, César Antonio (1990). *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*. Madrid: Ediciones Akal S.A.
- Nogueira, Alberto Franco (1970 [1969]). «Política Nacional», in *Debate Singular*. Lisboa, 331-341.
- « - » (1978). *Salazar*, vol. III, *As Grandes Crises (1936-1945)*. Coimbra: Atlântida Editora.
- « - » (1984). *Salazar*, vol. V, *A Resistência (1958-1964)*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- « - » (1986). *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- « - » (1992). *Juízo Final*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- Oliveira, César (s.d.). *Portugal e a II República de Espanha, 1931-1936*. Lisboa: Perspectivas e Realidades.

- Oliveira, Pedro Aires (1999). «Portugal e a Guerra Civil de Espanha. A retaguarda diplomática de Franco», *História* (3.ª Série), 12, 40-51.
- Pereira, Maria da Conceição Meireles (2010). «Iberismo e nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre utopia e distopia», *Revista de História das Ideias*, 31, 257-284.
- Rebelo, José Pequito (1939). *Espanha e Portugal. Unidade e Dualidade Peninsular*. Lisboa: Tipografia Ottosgráfica.
- Rezola, Maria Inácia (2008). «The Franco-Salazar meetings: Foreign policy and Iberian relations during the Dictatorships (1942-1963)», *Electronic Journal of Portuguese History (e-JPH)*, 6 (2).
- Salazar, António de Oliveira. *Discursos e Notas Políticas*, vol. III. Coimbra: Coimbra Editora Lda.
- Sánchez Cervelló, Josep (2002). «Portugal y España: encuentros y desencuentros (1640-2002)», *Historia y Política. Ideas, procesos y movimientos sociales*, 7, 267-287.
- Sardica, José Miguel (2013). *Ibéria. A relação entre Portugal e Espanha no século XX*. Lisboa: Alêtheia.
- Telo, António José (1998). «As Relações Peninsulares num Período de Guerras Globais (1935-1945)», in Fernando Rosas (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições Colibri, 133-151.
- Torre Gómez, Hipolito de la (1985). *Do «perigo espanhol» à amizade peninsular. Portugal-Espanha, 1919-1930*. Lisboa: Editorial Estampa.
- « – » (1998). «De la distancia rival al encuentro indeciso: La relación peninsular en la edad contemporánea», in António Morales Moya (org.), *Los 98 Ibéricos e El Mar*. Madrid: Comissariado do Pavilhão de Espanha na Expo'98, vol. I, 125-154.
- « – » (2011). «A I República e a Espanha», in Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires Oliveira (coord.), *A I República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Tinta-da-China, 111-140.
- « – » (2012). «Franquismo y Salazarismo en la escena internacional: el desafío de la descolonización», in Jon Andoni Fernández de Larrea Rojas et al. (coords.), *Guerra, paz y diplomacia a lo largo de la Historia*. Valladolid: Universidade de Valladolid, 179-270.
- Valente, Vasco Pulido (2002). *Marcello Caetano. As desventuras da razão*. Lisboa: Gótica.
- Vicente, António Pedro (2003). *Espanha e Portugal. Um Olhar sobre as Relações Peninsulares no Século XX*. Lisboa: Tribuna da História.

